

PANORAMA GERAL DA SITUAÇÃO BRASILEIRA E A INSERÇÃO DA IGREJA NESSE CONTEXTO

Fernando Bastos de Ávila, S. J.

Atendendo à incumbência atribuída ao IBRADES pelo Conselho Permanente da CNBB, apresento as reflexões que seguem sobre um panorama geral da situação brasileira e a inserção da Igreja nesse contexto.

Um panorama sobre a situação político-econômico-social de um país não é o resultado de uma operação de fotogrametria, com a objetividade e a transparência do instrumental óptico pelo qual essa operação é realizada. Um panorama político-econômico-social é condicionado pela posição do observador e sujeito às refrações do meio em que ele se situa e pelas próprias limitações de sua capacidade perceptiva. Consciente disto, é com despretenção e com simplicidade que faço a presente comunicação.

Creio que a realidade brasileira é caracterizada hoje por dois movimentos que me proponho analisar.

PRIMEIRO MOVIMENTO

O primeiro movimento se refere à relação entre Estado e nação. O movimento descreve uma linha de crescente distanciamento que atinge seu clímax na segunda metade de 1979, momento a partir do qual se observa uma inflexão da linha, no sentido de uma reaproximação, ou de uma tendência procurando recuperar uma distância perdida.

Acompanho o traçado dessa linha.

Ela segue, de início, a direção de crescente distanciamento entre o Estado e a nação.

O Brasil começara, na década dos anos 50 uma fase nova de um processo histórico, sob o duplo signo do desenvolvimento econômico, entendido em termos de rápida industrialização, e do populismo político, entendido em termos de um pacto, extremamente frágil, entre as forças sindicais, infestadas de peleguismos e o governo associado ao setor nacionalista das classes empresariais.

A preservação do pacto exigia uma seqüência febril de propostas grandiosas que alimentassem as reivindicações crescentes das forças populistas e as ambições da burguesia nacionalista que se supunha numa oportunidade privilegiada de assumir o controle da economia. A construção de Brasília, a implantação e rápido desenvolvimento da indústria automobilística e naval, a extensão da rede rodoviária como exigência do crescimento automobilístico e da interiorização do processo de desenvolvimento, como a Belém-Brasília, foram os grandes símbolos mobilizadores dessa fase do processo de crescimento.

As propostas entretanto eram cada vez mais rapidamente ultrapassadas ou tragadas pelo impacto das ondas de reivindicações crescentes, exacerbadas por uma minoria que supunha ver, naquela conjuntura, a primeira grande chance his-

tórica de implantação do que se chamou de uma república sindicalista, a qual lideranças marxistas contavam poder desviar para um modelo socialista de tipo soviético.

Chegou-se a um ponto em que o pacto populista apenas conseguia manter-se ao preço de promessas irrealistas, quase delirantes, pagas por uma inflação galopante que se aproximou aos 90%, e por uma cumplicidade com a corrupção.

Pelos inícios da década dos anos 60, o populismo nacionalista atingiu um paroxismo de exaltação quase iraniana, *avant la lettre*, ao mesmo tempo em que, a politização da burocracia conduzia à inércia ou quase paralisia administrativa.

Foi o que se chamou o caos econômico, político e social que desembocava num confronto inevitável, no qual as lideranças festivas do populismo nacionalista, com uma insensata ingenuidade, subestimaram o poder de uma classe média frustrada e amedrontada para mobilizar a corporação militar instintivamente, profissionalmente avessa à desordem e à anarquia.

O movimento que assume o poder em 1964 enfrenta o desafio de por ordem no caos: restituir a eficiência e respeitabilidade à administração, controlar a inflação, debelar a agitação social expurgando-a de agentes provocadores. Foi feita uma opção consciente e deliberada em favor da necessidade de uma rápida modernização da sociedade e da economia, que haveria de exigir pesados sacrifícios sociais. Para tanto, era necessário impor um modelo político autoritário, que permitisse a agilidade na tomada de decisões, sem as morosidades parlamentares. O objetivo a ser alcançado, sem a possibilidade de definir prazos, foi repetidamente explicitado: restituir o país à normalidade democrática.

É a essa altura que começa o processo de distanciamento entre o Estado e a nação.

A urgência da modernização da economia, que curiosamente fora também o expediente utilizado pelo desenvolvimentismo da década dos anos 50, propunha-se agora evitar o que foi considerado o erro da experiência passada: a repetição do pacto populista. Recorreu-se ao mesmo expediente, a urgência da modernização mas através de um novo modelo que parecia oferecer melhores garantias de eficácia.

Esse novo modelo revelaria progressivamente três características.

Primeira. O desenvolvimento social devia ser suposto resultado automático do desenvolvimento e da modernização da economia. Deveria ser afastado provisoriamente do horizonte da intencionalidade oficial, para permitir as medidas de contenção e de arrocho, consideradas indispensáveis e urgentes. As exigências sociais deveriam ser inegociáveis e só atendidas por uma política de outorgas.

Segunda. A emergência e a expansão das tecnocracias. A urgência das soluções não tolerava o recurso aos escalões técnicos para a formulação de alternativas viáveis entre as quais coubesse aos órgãos politicamente responsáveis de um sistema representativo fazer as opções e definir as prioridades. Agilizava-se o processo atribuindo às tecnocracias a dupla competência de formular as alternativas, função técnica e fazer as opções, função política.

Terceira. Em resposta ao desafio da modernização, essas tecnocracias optaram por uma estratégia de desenvolvimento mais intensiva de capital do que de mão de obra e mais estatizante do que mobilizadora da iniciativa privada.

Para garantir o desempenho do modelo econômico e a consecução dos objetivos a que se propunha, o modelo político, reagiu às resistências surdas ou ostensivas, através de um processo de endurecimento autoritário, cujos pontos fortes foram o AI-2, a Constituição de 67 e sua emenda de 69, e principalmente o AI-5 que deferia ao Executivo uma hegemonia de poder configurando um regime ditatorial.

A primeira característica do modelo de modernização permitiu ao Brasil atingir em pouco tempo, mas também durante pouco tempo, as mais altas taxas de crescimento econômico, no período denominado de milagre brasileiro. O mesmo período entretanto coincidiu com a fase de maior concentração social e maior concentração regional da renda nacional. Os estratos da população mais rica tornaram-se mais ricos ainda. Em 1974, os 5% da população mais rica detinham renda 17 vezes maior que a renda dos 50% mais pobres. Em 1978, essa diferença passava de 17 vezes maior para 32 vezes maior. Também aumentou a distância entre as regiões mais ricas e as mais pobres. Sirva de exemplo a seguinte comparação. Em 1979, a renda per capita de todo Brasil comparada com a renda per capita da Alemanha Ocidental revelava uma relação de 1 para 6. No mesmo período, a renda per capita do Estado de São Paulo comparada com a do Estado do Piauí revelava uma relação de 1 para 7.

Essas distorções na distribuição da renda, ao mesmo tempo que constituíam um desafio e uma preocupação para as autoridades políticas, oferecia à segunda característica do modelo, às tecnocracias emergentes, uma acumulação de recursos econômicos e financeiros que as estimulou a realizar, num espaço de tempo, relativamente curto, um ambicioso programa de grandes projetos que outros países, mesmo mais ricos não ousariam assumir em prazo tão breve. Entre esses projetos avultam: a construção da transamazônica, da perimetral norte e dos grandes corredores de penetração; a construção de Itaipu; da Ponte Rio-Niterói; a Ferrovia do Aço, o acordo nuclear, a compra da Light, a construção de dois metrô. . .

A implantação quase simultânea desses projetos coincidiu com uma dupla conjuntura, uma interna, outra externa, que criaram e continuam a criar graves dificuldades ao desempenho do modelo e reduzem o esperado saldo positivo de seus resultados.

No plano externo, foi o aumento do custo dos combustíveis fósseis dos quais dependia em grande parte o funcionamento da economia do Brasil, como a de muitos outros países. O aumento médio de 30 dólares por barril de petróleo num país que consumia a média anual de 1 milhão de barris por dia penalizou severa e diretamente o desenvolvimento do modelo. Mas penalizou-o também indiretamente, na medida em que determinou uma recessão econômica e um processo inflacionário incoativo nos países importadores de nossos produtos nacionais. O Brasil entrava com atraso e com um sério handicap na disputa pelos mercados internacionais.

No plano interno a dificuldade veio do crescimento vegetativo da população e das altas taxas de concentração urbana verificadas no período. Não se pode esquecer que, no espaço de 15 anos, o Brasil cresceu de aproximadamente 40 milhões de habitantes. Esse crescimento exigia investimentos demográficos que eram compulsoriamente subtraídos das urgências imediatas do desenvolvimento

econômico. Exigia o aumento da produção de alimentos, da construção de escolas, de moradias (mais de 1 milhão foram construídas), a criação de mais de 1 milhão de novos empregos por ano. A concentração urbana, por outro lado, exacerbava as exigências consumistas, aumentava a massa crítica, visibilizava com nitidez os contrastes sociais dos grandes centros metropolitanos, e atuava, conjuntamente com outros fatores, na aceleração da escalada da violência e da criminalidade.

A terceira característica do modelo, a estratégia intensiva de capital e o agigantamento do Estado empresarial parecia oferecer a alternativa mais eficaz, para a rapidez da modernização. O saldo dessa estratégia levanta hoje sérios questionamentos.

É responsabilizada por analistas de dentro e de fora do governo, pela desnacionalização da economia, pela dependência tecnológica, pela aceleração da inflação que já atingiu a taxa de 110% em um ano, pela dependência financeira, expressa numa dívida externa de mais de 55 milhões de dólares e pela estatização da economia, obrigando as autoridades financeiras a derivar para as mais de 500 empresas estatais, para-estatais e subsidiárias, um orçamento de 1 trilhão e 200 milhões de cruzeiros. (*) Lastimam ainda esses analistas a falta de maiores estímulos à busca de tecnologias alternativas, mais intensivas de mão-de-obra que permitiriam a expansão de um mercado interno potencial, através de uma distribuição mais adequada da renda.

Estes mesmos analistas vêem com ceticismo a situação. A manutenção do modelo exigirá do povo sacrifícios talvez intoleráveis. Poupar para produzir, produzir para exportar e equilibrar a balança comercial parece-lhes uma senha desesperada, inculcada por uma publicidade intensiva, a um povo já sujeito à forma mais solerte de poupança ou de redução de consumo que é a própria inflação. Com o salário que ganha, a população pode cada vez comprar menos, isto é, é obrigada compulsoriamente a poupar. Por outro lado, grande parcela dos investimentos no setor industrial como no agrícola, na produção graneleira e pecuária, destina-se ao pagamento da dívida externa, numa fase em que cresceu assustadoramente a dívida interna da nação, pelas carências graves nos indicadores sociais básicos, como: alimentação, saúde, educação, moradia e emprego.

A agro-indústria, intensiva de capital ou proletariza as populações rurais ou as rechaça para as cidades, onde uma indústria, que se vai sofisticando com tecnologias também intensivas de capital, não tem condições de absorver, na estrutura da produção, as correntes das migrações internas e do êxodo rural.

A linha de distanciamento entre o Estado e a nação atinge o seu clímax na segunda metade de 1979, no momento da maior concentração tecnocrática do poder econômico e da maior concentração palaciana do poder político, hoje mal compensada por um estilo de comunicação mais efusiva do atual Presidente da República.

(*) De toda a arrecadação fiscal, menos de 3% ficam nos municípios, onde as rendas são de fato geradas; menos de 30% são deixados aos Estados. Tudo mais é concentrado na receita (da União) federal.

A partir desse clímax, a derrogação do AI-5, a liberação da imprensa, a anistia e as promessas enfáticas de redemocratizar o país, ao mesmo tempo em que implicam a aceitação tácita de uma situação não-democrática, parecem revelar uma inflexão da linha no sentido de uma reaproximação, entre o Estado e a nação reforçada inclusive com a garantia ou a promessa de eleições diretas para 1982.

SEGUNDO MOVIMENTO

Enquanto se desenvolvia o primeiro movimento, acima descrito, era possível constatar o desenrolar-se, em outro nível, de um segundo movimento, este já na relação entre Igreja e povo. Enquanto se observava o distanciamento entre Estado e nação, quase sincronicamente se processava um movimento de aproximação entre a Igreja, na sua expressão hierárquica e o povo, como elemento constitutivo da nação, como o depositário de anseios, aspirações, angústias e esperanças, com o qual, aliás, o carisma de João Paulo II descobriu o discurso da comunicação direta e instantânea.

Seria necessário um pequeno recuo histórico para perceber o traçado da linha desse segundo movimento.

Creio que se pode afirmar, sem riscos de erro, que a Igreja em geral recebeu com certo alívio e simpatia a vitória da revolução de 1964. Também ela, como as classes conservadoras, estava preocupada com o rumo que tomavam as forças deflagradas pelo processo populista. Mais preocupada ainda estava com a perspectiva de que essas forças acabassem por ser pilotadas por líderes de tendências conhecidamente marxistas. Sua preocupação tinha origem num fato concreto: sua pregação favorável às reformas de base, era repelida pelas direitas, que as julgavam inviáveis, mas era repelida também pelas esquerdas. As exigências de justiça e de bom senso que ela propunha para as referidas reformas eram ridicularizadas como mero moralismo reformista pelos que reclamavam soluções radicais.

Não tardou muito entretanto o início de um processo pelo qual o regime implantado em 64 enveredasse pelo caminho de um autoritarismo crescente e tolerasse formas de repressão incompatíveis com a consciência cristã. Uma a uma foram silenciadas as instituições às quais cabia a missão da defesa dos direitos do povo: os partidos políticos, a imprensa, os sindicatos. A própria magistratura se intimidava.

Um pouco constrangida, a Igreja se percebe ser a única instância para a qual se voltavam as esperanças dos que sofriam opressão. A Igreja se tornava a única voz dos que não tinham voz. Não foi tanto a Igreja que foi ao encontro do povo; foi o povo que veio ao encontro da Igreja. Foi esta experiência que a preparou para a atitude inédita que assumiu. Pela primeira vez em sua história, Ela tomou distância sobre o regime, ganhou altura sobre o sistema e, vendo-o sob à luz do Evangelho, pronunciou sobre ele uma palavra profética.

A Igreja do Brasil não se sentia sozinha nessa experiência. Ela se sentia solidária com a Igreja latino-americana desde Medellín. Ela começou a compreender que só quem é livre liberta. Procurou libertar-se de secretas cumplicidades, e, reconhecendo com humildade suas fraquezas, teve a fortaleza de denunciar e de defender os sem defesa. O documento da Assembléia Geral da Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Exigências cristãs de uma ordem política, de fevereiro de 1977, firmou com independência a posição crítica da Igreja em face do regime de exceção, abordou com coragem temas que eram verdadeiros tabus e representou uma abertura por onde, posteriormente, se precipitaram todos os contestadores retardatários. Consciente de sua missão evangelizadora, não se omitiu em explicitar as exigências sociais da mensagem cristã e sentiu crescer dentro dela, alimentada por ela, um movimento de pastoral social que encontrou ou redescobriu formas de evangelização que teriam sua expressão no surgimento de inúmeras iniciativas pastorais, especialmente nas Comunidades Eclesiais de Base.

Em Puebla, ela se confirma em sua atuação pastoral e a redefine nos termos da opção preferencial, não exclusiva, pelos pobres. A Igreja do Brasil, desde o início de nossa história colonial até hoje fez muito em favor dos pobres. Nenhuma instituição pública ou privada fez mais do que ela pelos pobres. No entanto, a opção pelos pobres significava algo novo. Significava a decisão de continuar a fazer muito pelos pobres e esforçar-se por fazer mais com os pobres e a partir deles.

Sua experiência pastoral dos últimos anos permitia-lhe aos poucos visualizar a situação e fazer o anúncio do evangelho a partir de um ponto focal diferente. Na realidade brasileira, diversa da realidade de países desenvolvidos, os pobres não são a orla obscura dos marginalizados circundando um círculo luminoso de afluência. Aqui, os pobres constituem o grande círculo sombrio coroado por uma tênue e radiosa auréola dos que dispõem do acesso ao uso dos bens e serviços desde os apazíveis até os mais sofisticados.

Esforzando-se por deslocar para o meio deste círculo, a Igreja pôde perceber melhor as secretas articulações de injustiça e de iniquidade que são heranças de um passado remoto, que foram exacerbadas pela conjuntura externa e interna antes mencionada, que não são da responsabilidade exclusiva do regime vigente, o qual entretanto corre o risco de perder a chance de superá-las precisamente pelas formas de concentração de poder que se atribuiu.

O movimento de aproximação entre Igreja e povo, simultâneo ao movimento de distanciamento entre Estado e nação gerou suspeitas de que a Igreja alimentasse pretensões de ocupar o vácuo político criado por esse desencontro. Penso que as suspeitas se concentram sobre a própria Pastoral Social da Igreja. Para alguns segmentos do governo, o próprio termo de Pastoral Social soa mal, quase como um contrasenso. Pastoral evoca-lhes a idéia de uma atividade quase pastoril, de suaves pastores conduzindo suas mansas ovelhas pelo caminho das virtudes. Social denota para eles uma atividade profana, da competência de burocracias especializadas numa engenharia social sempre atenta às relações: custos-benefícios. Social seria um assunto grave demais para permitir a entrada de pessoas estranhas ao serviço, especialmente de pessoas encantadas pelo "lirismo" eclesialístico. Toda ação pastoral tem uma incidência política, como aliás também a teria a inexistência de uma ação pastoral. Em todo o caso, as suspeitas existem e julgo ver demonstrações dessas suspeitas nas intimidações com a aplicação da Lei dos Estrangeiros, nas denúncias sobre a potencialidade guerrilheira ou político-partidária das CEBs, nas desabridas acusações a bispos. Considero as suspeitas injustificadas. A Igreja no Brasil, ao mesmo tempo em que procura esclai-

recer a consciência da responsabilidade política do compromisso cristão, reitera suas afirmações de isenção em qualquer envolvimento de natureza política e especificamente de natureza político-partidária. Confortada pelas afirmações enfáticas de João Paulo II, ela tem consciência de que sua missão evangelizadora, no contexto da realidade brasileira, atribui-lhe o direito e o dever de enfatizar as exigências da justiça e da participação. Creio que não seria justo censurá-la por isso de exorbitar de sua missão essencialmente religiosa que implica na obrigação de explicitar as exigências mais radicais do evangelho, formuladas aliás na longa tradição da Doutrina Social da Igreja, de cujo grande marco inicial, a *Rerum Novarum* ela comemora esse ano o 90º aniversário, bem como o cinqüentenário do *Quadragesimo Anno*. A propósito permito-me informar que, para essa comemoração, o Departamento de Ação Social do CELAM tem preparado um texto de Doutrina Social da Igreja: Fé Cristã e Compromisso Social. Sei também que algumas dioceses do Brasil preparam programas por essa comemoração, como é o caso da arquidiocese do Rio de Janeiro.

Creio que as suspeitas de pretensão da Igreja de ocupar um vazio político são injustificadas e creio também que nenhum pretexto deve ser oferecido para dar-lhes consistência. Neste sentido, considero equívoco e inútil compreender as exigências de justiça e participação em expressões vagas e abrangentes que remetem à necessidade de mudança de sistemas ou de modelos. Julgo que, a esse nível, as exigências da justiça e da participação entram já no campo de opções do próprio povo de Deus, cuja consciência deve orientá-lo a se exprimir em compromissos sociais e políticos inspirados na mensagem evangélica e na doutrina social cujo anúncio ele tem direito de esperar da sua Igreja.

A Igreja deve preferir o diálogo ao confronto. É com o diálogo que se podem eliminar as suspeitas, dissipando as dúvidas. Mas não convém esquecer que dentro de uma névoa de equívocos, os desejos mesmo sinceros de encontros podem resultar em desencontros ou conduzir a colisões. É necessário deixar filtrar uma luz matinal através da névoa e creio que essa luz já despontou nas mensagens de João Paulo II à Igreja do Brasil, por ocasião de sua visita a nossa pátria, que foi a mais luminosa revelação de quanto o povo do Brasil está próximo de sua Igreja. Esta luz que já despontou se torna mais luminosa na carta do Santo Padre aos bispos do Brasil, a qual, enfatizando a missão essencialmente religiosa da Igreja, subtrai essa missão da Igreja do campo magnético de um falso dualismo entre polos antagônicos que a deslocariam numa incessante pendulação. Não há plena missão religiosa sem a explicitação das exigências sociais do evangelho; não há compromisso social autenticamente cristão senão a partir do evangelho.

Creio que, sob essa luz, a Igreja do Brasil tem hoje condições privilegiadas de discernir com clareza e assumir com equilíbrio a relação inseparável entre missão religiosa e compromisso social.